

Notas sobre uma polêmica na definição marxista do proletariado

SÁVIO CAVALCANTE*

Nas últimas décadas, tornou-se recorrente nas análises marxistas problematizar o conceito de classes sociais em meio às transformações econômicas e políticas ocorridas no capitalismo, principalmente pela introdução de novas formas de se organizarem e gerirem os processos de trabalho, bem como pela utilização crescente de tecnologias informacionais num período que presencia a ascensão do modelo neoliberal do Estado burguês.

Um dos pontos mais controversos do debate está em discernir se é necessário um desenvolvimento teórico, além das categorias originais de Marx ou, ainda, se essas categorias precisam ser revistas e/ou complementadas a partir das características da sociedade contemporânea. Essa polêmica, na verdade, oculta dissensões mais profundas, isto é, antes mesmo de uma resposta para tal questão, procura-se entender se existe de fato uma concepção única (ou a mais legítima) em Marx.

O objetivo deste texto, longe de indicar uma resposta acabada, é tão-somente tecer alguns comentários críticos com base em um caso específico: a crítica de Sergio Lessa a Nicos Poulantzas, desenvolvida em *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, pelo fato de essa polêmica enunciar elementos comuns às divergências sobre a teoria das classes em Marx.

Leituras de Marx

A preocupação central de Lessa – por sinal, muito pertinente – é traçar as fronteiras que separam o proletariado dos demais assalariados, uma vez que, de

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL. E-mail: saviocavalcante@yahoo.com.br

acordo com suas análises, as transformações socioeconômicas do capitalismo contemporâneo, bem como o atual contexto político conservador, teriam acarretado numerosos equívocos conceituais dentro e fora do marxismo. A propósito dos usos (e abusos) que análises recentes fazem dos textos de Marx, em especial dos não publicados em vida, Lessa demonstra como tem operado um fetichismo da técnica – comum, sobretudo, nas teses sobre a sociedade pós-industrial ou pós-capitalista. O determinado torna-se determinante, a ponto de o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo ser considerado algo neutro, independente das lutas de classes e promotor de uma nova sociedade. Questão ainda mais pertinente haja vista as conseqüências negativas desse determinismo tecnológico nas análises da transição socialista.

A crítica de Lessa a Poulantzas dirige-se às definições contidas em *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Neste livro, Poulantzas define que “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica”.¹ Na tentativa de abandonar o resqúicio hegeliano da “classe em-si” e “classe para-si”, o autor afirma que as classes não existem (e, assim, não podem ser entendidas) fora da luta de classes. Não são “a priori” que se colocam posteriormente em luta – ou seja, é necessário pensá-las desde o início a partir da oposição de práticas de classe – cujo intuito, para Poulantzas, é escapar de um viés economicista. Isso significa que as classes são estruturalmente determinadas também pelas instâncias do político e do ideológico, e não só pelo econômico.

De forma bastante resumida, pode-se afirmar que, em sua análise, além da contradição principal no modo de produção capitalista entre burguesia e classe operária, existe a classe pequeno-burguesa, que pode ser dividida entre uma fração tradicional (pequenas produção e propriedade) e uma nova pequena-burguesia, composta de trabalhadores assalariados não-produtivos e algumas camadas do “campo intelectual” do trabalho produtivo, que, por sinal, têm crescido com o avanço das forças produtivas capitalistas.

De acordo com as relações econômicas, o fator delimitador da classe operária é dado, para Poulantzas, pela inserção no trabalho produtivo. Ocorre que sua definição de trabalho produtivo apresenta, nas palavras do próprio autor, um complemento às análises de Marx. Tal definição comportaria duas dimensões: a) é o trabalho que produz diretamente mais-valia – o que deixa já de lado os integrantes da esfera da circulação, como comércio, publicidade, marketing, contabilidade, bancos etc.; e b) e que, ao mesmo tempo, produz diretamente os elementos materiais, isto é, o que intervém diretamente na produção material de mercadorias.

1 N. Poulantzas. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.13, itálicos do autor.

Poulantzas afirma que há, em Marx, uma definição mais geral de trabalho produtivo, e outra voltada à especificidade do capitalismo. Se, na primeira, o conteúdo material é uma prerrogativa, na segunda isso já não se faz valer. A questão é que, na visão de Poulantzas, o capitalismo não suprime as determinações válidas para qualquer forma de trabalho. Marx estaria mais interessado em eliminar a confusão entre produção material e utilidade, mas não deixaria de lado “o conteúdo material da riqueza”. Para Poulantzas, existem ambigüidades em Marx, mas defende que a determinação capitalista da produtividade inclui a determinação geral, ou seja, mesmo no capitalismo, só é produtivo o trabalho que, ao criar mais-valia, participa diretamente do processo de produção material.

Quando se toma a importância crescente da ciência em meio à produção material, Poulantzas estabelece a seguinte distinção: é necessário dividir, de um lado, os portadores da ciência (pesquisa, produção e difusão de informação) e, de outro, seus agentes (engenheiros, técnicos, supervisores) e o trabalhador coletivo. Em sua análise, os primeiros, ao contrário dos segundos, não integram o trabalho produtivo, uma vez que não intervêm diretamente no processo de produção material, e isso porque “a ciência, no capitalismo, permanece separada do trabalhador direto”. Pesquisa e informação, não obstante assumirem a forma-mercadoria (patentes, licenças), não produzem mais-valia, apenas participam do processo de transferência de mais-valia entre os capitais.²

Mas o que considerar em relação aos agentes do conhecimento científico que “intervêm diretamente em um processo de trabalho material, por meio indireto, do trabalhador coletivo produtivo”?³ Nesse momento são necessários, para Poulantzas, os critérios políticos e ideológicos para definir a posição de classe de técnicos e engenheiros, isto é, sua relação com a divisão dos trabalhos intelectual e manual. Segundo esses critérios, os supervisores e gerência são excluídos do proletariado, pois, mesmo que produtivos, representam a dominação política do capital e reproduzem as condições de exploração. Os engenheiros e os técnicos, por sua vez, também não fazem parte por serem os detentores dos “conhecimentos secretos”, ou do “monopólio do saber”, colocando-se de forma antagonista à classe operária ao reproduzirem e preservarem a divisão técnica do trabalho.⁴

Para Poulantzas, no intuito de pensar a formação do proletariado, não basta remeter à produtividade do trabalho (como entendida pelo autor). Ocorre que essa constatação, na visão de Poulantzas, não é formulada explicitamente em Marx,

2 Cf. N. Poulantzas. op. cit., p.241.

3 Ibidem, p.241.

4 A crítica de Lessa a Poulantzas, nesse ponto, é de que se estaria entrando “no terreno do idealismo”, pois seriam as ideologias que determinariam “o ser social das classes” (p.215). Ocorre que, em Poulantzas, os critérios ideológicos e políticos referem-se a determinações estruturais relacionadas ao conjunto da divisão social e técnica do trabalho. Pode ser a forma pela qual Lessa define implicitamente ideologia que o faz considerar “idealista” uma caracterização que a utiliza para referenciar posições intermediárias.

mesmo que pistas tenham sido deixadas. Para tanto, o autor recorre ao cap. XIV do Livro I de *O capital*, no qual Marx afirma que os trabalhos da cabeça e das mãos se tornam “hostilmente contrários”, ou, na tradução do autor, “se separam em uma contradição antagônica” [*zum feindlichen Gegensatz*].⁵

Trabalho produtivo e trabalhador coletivo para Lessa

A crítica maior de Lessa ao esquema de Poulantzas refere-se às definições de trabalho produtivo e trabalhador coletivo, que, na prática, se tornam sinônimos para o autor greco-francês. Para Lessa, ao misturar as duas categorias, Poulantzas cancela o caráter “ontológico” do trabalho, isto é, iguala trabalho abstrato (fruto do capitalismo) com o trabalho “categoria fundante e condição eterna da vida social”. As duas definições de trabalho produtivo em Marx – uma vinculada ao produtor de valores de uso em qualquer formação social, intercâmbio orgânico do homem com a natureza, e outra ligada à produtividade em relação à valorização do capital – não são, para Lessa, ambigüidades, mas, sim, a definição de um mesmo objeto a partir de relações sociais distintas.

Ocorre que, para Lessa, não há como estender, no Livro I de *O capital*, o conceito de trabalhador coletivo ao trabalho intelectual de técnicos, engenheiros e supervisores. O trabalhador coletivo é o conjunto, somente, dos trabalhadores produtivos que, nas palavras de Marx, “se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”, os quais desempenham “operações semelhantes” e exibem o “cunho da continuidade”. Os trabalhadores intelectuais seriam não só externos como também inimigos desse trabalhador coletivo.

A partir da definição de Marx – “por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’” –, diz Lessa que só os assalariados produtivos que “realizam a produção do ‘conteúdo do material da riqueza social’ ao converter a natureza nos meios de trabalho e nos meios de subsistência”⁶ podem se encaixar no conceito de trabalho proletário. Outras atividades, como o famoso exemplo do mestre-escola dado por Marx, só “valorizariam” o capital, não o produziram.

Passam, então, a existir trabalhadores produtivos que não “‘produzem’ capital”,⁷ os quais ainda fazem parte, mesmo que “produtivos”, da porção “pa-

5 N. Poulantzas., op. cit., p.252. Interessante notar, como lembrado por Poulantzas, e depois por Lessa, que a frase “mais tarde, separam-se como inimigos” foi simplesmente cortada da primeira versão francesa traduzida por J. Roy, a qual, por sinal, também foi revisada (sendo que muitos trechos foram reescritos) por Marx. Por se tratar de uma passagem tão essencial, Poulantzas se pergunta: “incompetência de J. Roy ou sinal das ambigüidades do próprio texto de Marx, que revisou pessoalmente a tradução francesa?” (p.252).

6 Lessa, S., op. cit., p.200.

7 Ibidem, p.169.

rasitária” da sociedade.⁸ A “mais-valia” que esses produziram não representaria nenhuma quantia a mais de riqueza, pois se inserem em “uma autêntica troca de soma zero”.⁹

Tal definição, um tanto quanto inusitada, é conseqüência necessária da preocupação de Lessa em distinguir, dentro do trabalho produtivo, os assalariados proletários e não-proletários. Contudo, embora discorra detalhadamente sobre as diferenças das atividades do operário e do mestre-escola em várias dimensões, permanece insuficiente a explicação de suas semelhanças, ou seja, como se compatibiliza a noção de produtividade, isto é, a geração de mais-valia, em um trabalho que Lessa afirma ser “serviço”, pois a mercadoria aula não existe sem seu produtor. Esta, por sinal, é uma das tensões a respeito do trabalho produtivo em Marx exposta por Poulantzas, qual seja, se a aula é um serviço, o que o capitalista compraria é seu valor de uso, não o trocando por capital, mas por renda (dos pais dos alunos) e se, como afirma mesmo Lessa, a troca é de “soma zero”, seria necessário explicar como surge o excedente, o “aumento da grandeza inicial” de que fala Marx, ou seja, por quais meios gera valor e não somente um “lucro” comum a qualquer atividade comercial.

O argumento de Lessa baseia-se na seguinte lógica: o dono da escola compra aulas do professor, mas, quando recebe as mensalidades, retira uma parte para o salário e outra para a manutenção da escola. A diferença seria, então, a mais-valia que constituirá um aumento do “capital privado” do proprietário: “o que um lado perdeu, foi ganho pelo outro”,¹⁰ pois tudo vem da riqueza produzida pelo proletário. Mas vejamos: se a relação é uma “troca de soma zero”, passa a ser indiferente empregar força de trabalho por meio da venda de aulas ou qualquer outra mercadoria. Troquemos o mestre-escola por laranjas e o dono da escola por um feirante que a lógica permanece a mesma, isto é, não há geração de valor, mas sim a sagacidade de um comprador de mercadorias em vendê-las bem. Nessa “troca de soma zero”, o “lucro” do proprietário, na verdade, gira em torno de sua capacidade de intermediar quem venda barato (a aula) e quem compre mais caro (os pais dos alunos).

Uma alternativa à questão seria considerar que a “riqueza material” não está, necessariamente, referida a modificações físicas ou tangíveis em objetos. Mas, para Lessa, o mestre-escola, justamente pela especificidade dessa atividade, não aumenta “o conteúdo material da riqueza”, pois, para o autor, a acumulação de capital só seria possível em “carros, metais e prédios”, nunca em aulas.

Em Poulantzas, a saída para esse “problema” é, como vimos, definir o trabalho produtivo como o que gera diretamente mais-valia ao produzir, simultaneamente, as riquezas materiais. Em que pese a definição de Marx no Livro I de *O capital*,

8 Ibidem, p.207.

9 Ibidem, p.167.

10 Ibidem, p.168.

os assalariados dos serviços, como o mestre-escola, não seriam produtivos, embora importantes para a reprodução das relações sociais capitalistas. Pelo caráter do uso de sua força de trabalho, eles não geram mais-valia, só participam – de forma desfavorável, é bom lembrar – na repartição da mais-valia criada na esfera da produção.

Implícita às controvérsias conceituais, há uma questão de fundo. O modo de produção especificamente capitalista não está, por completo, em todas as formas de assalariamento numa dimensão bem precisa: o capital não subsume *realmente* todas as espécies de trabalho. Com base nessa assertiva poderíamos entender uma das razões pelas quais existem diferentes acepções de trabalho produtivo nos textos de Marx (publicados ou não em vida),¹¹ pois se for suposta a generalização do modo especificamente capitalista de produção passa-se, assim, a restringir todo o trabalho produtivo àquele que gera mais-valia.

Quando Marx discutiu essas atividades em outros textos ou manuscritos, referia-se à produção não-material como “formas de transição” – nem bem formalmente subsumidos ao capital (no caso das atividades que existem isoladas do produtor, como livros e quadros) – ou como atividades pouco significativas ou inexpressivas do ponto de vista capitalista (aquelas em que a atividade inexistente sem o produtor, como professores).

Poderíamos, então, considerar que o proletariado para Marx é o “operariado” precisamente por este estar inserido, como nenhum outro em sua época, nas formas reais de subsunção do trabalho ao capital – isto o torna descartável, ao sabor das flutuações do mercado e integrado ao meio técnico de produção –, o que, contudo, não impossibilita uma proletarianização em outras camadas à medida que avançam as formas da subsunção real em atividades de conteúdo “não-materiais”.

A outra dimensão da crítica de Lessa está na afirmação de que, da mesma maneira que nem todo assalariado é produtivo, nem todo trabalho produtivo faz parte do trabalhador coletivo. Neste, não se incluiriam nem a “classe especial” de assalariados encarregados do controle da produção, nem os “trabalhadores intelectuais”. Estes não estariam nem “mais perto ou [nem] mais longe da manipulação do objeto de trabalho”. O trabalhador coletivo não seria um todo homogêneo, afirma o autor, pois, enquanto uns manipulam os objetos de trabalho, outros somente os auxiliariam (subfunções) sem realizar imediatamente essa manipulação. Contudo, estes últimos, que não colocam “a mão na obra”, nunca seriam “trabalhadores intelectuais”.

Mas essa formulação pode criar novos problemas. Ao se referir a essas subfunções do trabalhador coletivo (“manipulação indireta”), Lessa alude sobretudo aos que auxiliam e suprem as máquinas com material de trabalho, tais como ajudantes

11 Creio residir aqui uma das limitações da leitura exegética de Lessa, isto é, desconsiderar as diversas preocupações, quase sempre não explícitas, das quais partem os diferentes textos de Marx.

e *feeders*. Ocorre que, nos termos ontológicos definidos pelo autor, dificilmente esses poderiam ser considerados estando “mais longe” da manipulação do objeto, muito menos não colocando “a mão na obra” – as mortes e as mutilações comuns a esses trabalhadores, relatadas por Marx, ilustram o fato. Muitas interpretações sobre essa passagem incluem no trabalhador coletivo funções diversas que podem ser entendidas como “trabalhos intelectuais”. O objetivo de Lessa é justamente invalidar tais interpretações. Mas persiste uma questão mal resolvida, pois parece ser difícil, nesses termos ontológicos, descobrir aqueles que “não intelectualmente” se encontram mais “longe” da manipulação do objeto.

Manual e intelectual como relações sociais históricas

As definições sobre os trabalhos “manuais” e “intelectuais”, longe de qualquer essencialização, são sempre construções históricas. Dizer isso não implica desconsiderar necessidades objetivas a qualquer tipo de existência. Poulantzas ressalta o problema: “Esta distinção [entre trabalho ‘manual’ e ‘intelectual’], com efeito, e Gramsci notou-o bem, não vale como tal. A não ser que se perca em argúcias fisiológico-biológicas duvidosas, está claro que todo trabalho manual comporta componentes ‘intelectuais’ e vice-versa. Não se pode definir, de modo algum, de maneira rigorosa, um ‘trabalho manual’ que fosse o único produtor de mais-valia”.¹² Tanto o trabalho manual como o intelectual seriam categorias surgidas da vivência operária, que levam a “distinções reais, mas que não são distinções físico-biológicas: leva a *distinções políticas e ideológicas* no seio das empresas”.¹³

Embora diversas vezes enfatize o fato de que trabalhadores desempenham “funções sociais distintas”, o critério de Lessa é caracterizar “ontologicamente” o trabalho manual, como aquele que transforma a natureza por meio de suas capacidades físicas. Mas, a partir desse fato objetivo, como fazer as devidas mediações com construções sociais que criam as “funções” de manual e intelectual? Em outras palavras, embora seja evidente que os homens precisam transformar a natureza para existir (o que, aliás, não é uma exclusividade sua, mas sim o fato de que, ao fazer isso de forma não instintiva, criam “formas úteis”¹⁴ e também se transformam), como os conceitos são construídos historicamente para precisar as atividades necessárias a esta transformação? Em certo ponto, Lessa considera o ato de “apertar um botão” um trabalho manual.¹⁵ É certo que um dedo precisa se mover para que a intenção seja concretizada, mas o “trabalhador que aperta

12 Lessa não concordaria com essa caracterização, pois, na sua visão, mais-valia é produzida tanto por trabalhadores “manuais”, quanto “intelectuais”. Como explicado acima, alguns “produzem” capital, outros somente o “valorizam”.

13 Poulantzas, N. As classes sociais. In: R. Zenteno. (Coord.). *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.95, itálicos do autor.

14 Ver J. Q. Moraes. “O humanismo e o *homo sapiens*”, *Crítica Marxista*, n.21, 2005.

15 S. Lessa., op. cit., p.196.

botões” pode ser definido, em qualquer contexto das *lutas de classes*, como “trabalhador manual” ou “operário”?

Braverman, por exemplo, também toca na questão ao afirmar que, rigorosamente, as atividades das mãos e da cabeça não se separam, mas pode ser dissolvida “a unidade de concepção e execução. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a idéia concebida por *uma* pessoa pode ser executada por *outra*”.¹⁶ De forma que pode haver um ganho em enfatizar a dissociação entre “concepção *versus* execução”, uma vez que consegue explicar as intensas modificações pelas quais passaram as “atividades intelectuais”.

E as lutas de classes?

Não obstante as controvérsias apresentadas e as divergências quanto à conceitualização dos critérios que permitem identificar as classes sociais, tanto Poulantzas quanto Lessa restringem a noção de proletariado aos assalariados produtivos “manuais” e, ao fim, proletário e operário tornam-se sinônimos. Se, para Poulantzas, a restrição deve-se aos efeitos da estrutura ideológica e política no interior do “trabalhador coletivo”, para Lessa reside na particularidade ontológica do proletariado, isto é, por ser o responsável exclusivo pela produção do conteúdo material da riqueza.

Mas essa semelhança esconde uma diferença de preocupações. Em Poulantzas, torna-se *decisiva* a análise dos assalariados não-operários nas lutas de classes,¹⁷ seja pela aproximação que possam ter com as classes proprietárias, seja pelas condições semelhantes que apresentam ao trabalho proletário. Já em Lessa, pelo menos do ponto de vista analítico, a questão, ainda que enunciada, não apresenta o mesmo relevo.¹⁸ As conseqüências políticas dessa opção são importantes, pois se os operários são tratados como possuindo uma potencialidade ontologicamente revolucionária, todos os demais, pela lógica inversa, podem ser empurrados, também ontologicamente, ao reformismo ou à acomodação à ordem.

Mostrar que não há nada de essencialmente novo na produção contemporânea é a forma que Lessa encontra para a defesa das categorias de Marx. O esforço é evidentemente importante a fim de ressaltar a permanência da relação social capitalista como definidora da acumulação e das regras de sociabilidade, mas torna-se insuficiente quando desconsidera as inúmeras novas feições a partir das quais o trabalho se refaz na atualidade. Para citar só um exemplo, as especificidades dos “trabalhos informacionais”, distantes da modificação direta da natureza, poderiam ser muito mais desenvolvidas como forma de demonstrar que as categorias de Marx estão distantes do anacronismo, ou seja, exemplos de que a subsunção do trabalho

16 H. Braverman. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p.53, itálico do autor.

17 Cf. N. Poulantzas. op. cit., p.364.

18 Cf. S. Lessa., op. cit., p.181.

ao capital pode atingir esferas que antes Marx considerava “insignificantes”. A insistência na tese de que “nada mudou” acaba por limitar a análise sobre como os processos se modificam dentro da mesma lógica social e econômica.

Embora o viés mistificador da tese do “fim do operariado” seja cada vez mais evidente, seria um equívoco desconsiderar as conseqüências de seu decréscimo absoluto e relativo, principalmente nos países centrais, assim como a complexidade atual das formas de assalariamento.¹⁹ De forma que parece ser essencial, para a teoria marxista, a análise de uma “proletarização” existente em trabalhos definidos tradicionalmente como não-operários, os quais, por sofrerem em níveis cada vez mais acentuados um processo de subsunção formal e real ao capital, podem ser entendidos como novas camadas do proletariado contemporâneo.

19 Para Lessa, isto em nada alteraria sua “potencialidade revolucionária”, a qual, diferentemente de qualquer critério demográfico, estaria na “qualidade ontológica da relação que mantém com a totalidade social”, isto é, o “lugar que ocupa na estrutura produtiva” (p.316).

CAVALCANTE, Sávio. Notas sobre uma polêmica na definição marxista do proletariado. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.28, 2009, p.143-151.

Palavras-chave: Proletariado; Classes sociais; Capitalismo.